

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 03 de março de 2015.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidados preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão divulgadas a seguir:

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	31/12/2014	31/12/2013
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(ii) 100	(ii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100
Valid USA, Inc. (“Valid USA”)	(iii) 100	(iii) 100
ScreenCheck North America, LLC (“ScreenCheck”)	(iii) 100	-
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.S. (“Valid Colombia”)	(iii) 100	-
Solpyr Investment S.A. (“Valid Uruguai”)	(ii) 100	-
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.de C.V. (“Valid México”)	(ii) 100	-
(i) Participação direta e indireta.		
(ii) Participação indireta através da Interprint		
(iii) Participação indireta através da Valid Espanha.		

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo nas informações consolidadas.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

2.3 Investimento em coligada

A controlada direta Interprint detém participação na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e este investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa sem a controlar.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é mensurado pelo percentual de participação detido da coligada multiplicado pelo seu patrimônio líquido.

A demonstração do resultado reflete a parcela detida pela Companhia nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferente do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média, em conformidade com o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2).

a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações e atualizados pelas taxas de câmbio da data dos reportes. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Empresas do Grupo

Moedas funcionais de cada controlada do Grupo:

Empresa do Grupo	Moeda funcional
Valid Par	Real
Interprint	Real
Certificadora	Real
Valid Espanha	Euro
Valid Argentina	Peso Argentino
Trust	Real
Valid USA	Dólar
ScreenCheck	Dólar
Valid Colômbia	Peso Colombiano
Valid Uruguai	Peso Uruguaio
Valid México	Peso Mexicano

Os ativos e passivos das controladas com moeda funcional diferente do “Real” são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma dessas controladas, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada com moeda funcional diferente do “Real” a partir de 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos dessa controlada e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio são contabilizadas também no patrimônio líquido.

2.5 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que o imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) promulgadas e vigentes na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da lei nº 12.973 e optou pela não adoção da referida lei em 2014. Desta forma as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, assim como as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 não foram impactadas pelas disposições da referida lei.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos, exceto:

- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos; e
- O valor líquido dos impostos recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa classificados como valor justo por meio de resultado, contas a receber de clientes e dividendos a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mantidos a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é baixado ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Baixa dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (i) O Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo mantiver.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou outros passivos, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, classificados como outros passivos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, exceto pelo derivativo liquidado em 5 de agosto de 2013.

Outros passivos

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pelo Grupo tem a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “hedge” (*“hedge accounting”*) nos períodos apresentados.

O Grupo liquidou seus instrumentos financeiros derivativos em 5 de agosto de 2013.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar) análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.9 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida ou a receber é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.12 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo e a taxas anuais médias ponderadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 que levam em consideração a vida útil estimada dos bens são, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 9,6%.
- Móveis e utensílios – 10,1%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo tiver sido baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

2.13 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações da Companhia são atualizadas pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

2.16 Arrendamento

O Grupo como arrendatário

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.17 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou presumida) que possa ser estimada de maneira confiável como consequência de um evento passado, e seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, quando aplicável, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias e serviços.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

A Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

2.20 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia não possuiu sazonalidade em suas operações, no entanto, historicamente apresenta um crescimento ao longo dos meses do exercício.

2.21 Novos pronunciamentos contábeis

a) Normas, interpretações novas e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:

- IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – A alteração traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração da norma existente.
- IFRIC 21 - Taxações – Nova interpretação que orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – A alteração à IAS 36 adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração da norma existente.
- IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (CPC 38) – A alteração adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração da norma existente.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- Obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- Comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

- IAS 27 – Alteração na norma para inclusão da opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Alteração do IAS 27 tem adoção obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016 com adoção antecipada permitida. Para refletir tais alterações efetuadas pelo IASB, os pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 foram revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e esta revisão aprovada pela CVM em dezembro de 2014. Cabe ressaltar que tais alterações nos referidos pronunciamentos contábeis não produziram nenhum efeito nas demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, considerando que no Brasil essa prática já era utilizada, por determinação da legislação societária vigente.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes.

b) Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão vigentes em 31 de dezembro de 2014:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- IAS 19/CPC 33 – Benefícios a Empregados – Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 – Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 – Regulatory Deferral Accounts – Nova norma aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- IFRS 11 – Alteração trata da contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer um adquirente de participação de operação em conjunto, onde a atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado com efeito prospectivo.
- IAS 16 e IAS 38 – Alterações nesses pronunciamentos para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.

- IAS 16 e IAS 41 – Alterações nesses pronunciamentos para incluir o conceito de “bearer plants” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.
- IFRS 10 e IAS 28 – Alteração nas normas para esclarecer o tratamento da venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture, cujas exigências são aplicáveis independentemente da forma jurídica da operação.
- IAS 1 – Alteração na norma para endereçar potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações financeiras. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Alteração para tratar de questões específicas sugeridas no contexto da aplicação da exceção de consolidação para entidades de investimento.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

Melhorias Anuais dos ciclos 2012 – 2014 – Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers – define 5 passos simples para serem aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18 e IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Nova norma que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

O Grupo pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. O Grupo está analisando os impactos dessas normas e até a presente data não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

2.22 Reclassificação dos saldos comparativos

Ativo	Consolidado		
	31/12/2013	Reclassificações	31/12/2013
	(Publicado)		(Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	152.203	-	152.203
Contas a receber de clientes	233.568	-	233.568
Provisão para perdas sobre crédito	(1.439)	-	(1.439)
Impostos a recuperar	19.548	-	19.548
Estoques	118.058	-	118.058
Dividendos a receber	1.188	-	1.188
Outras contas a receber	23.030	-	23.030
Despesas antecipadas	7.846	-	7.846
Total do ativo circulante	554.002	-	554.002
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	62.743	-	62.743
Depósitos judiciais	28.494	-	28.494
Impostos a recuperar	5.237	-	5.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.476	-	26.476
Outras contas a receber	2.536	-	2.536
Investimentos	24.048	13.955	38.003
Imobilizado	337.013	-	337.013
Intangível	195.150	(13.955)	181.195
Total do ativo não circulante	618.954	-	618.954
Total do ativo	1.172.956	-	1.172.956

Ativo	Consolidado		
	31/12/2012	Reclassificações	31/12/2012
	(Publicado)		(Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	115.779	-	115.779
Contas a receber de clientes	167.158	-	167.158
Provisão para perdas sobre crédito	(1.158)	-	(1.158)
Créditos com partes relacionadas	-	-	-
Impostos a recuperar	7.893	-	7.893
Estoques	99.834	-	99.834
Dividendos a receber	1.094	-	1.094
Outras contas a receber	21.562	-	21.562
Aplicações financeiras – caixa restrito	2.661	-	2.661
Despesas antecipadas	4.313	-	4.313
Total do ativo circulante	419.136	-	419.136
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	144.923	-	144.923
Depósitos judiciais	19.801	-	19.801
Impostos a recuperar	5.237	-	5.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.690	-	14.690
Outras contas a receber	4.932	-	4.932
Crédito com partes relacionadas	-	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	100.263	-	100.263
Investimentos	24.199	13.955	38.154
Imobilizado	335.576	-	335.576
Intangível	172.034	(13.955)	158.079
Total do ativo não circulante	676.732	-	676.732
Total do ativo	1.095.868	-	1.095.868

A Administração reavaliou o critério de apresentação do ágio relativo ao investimento na empresa investida Multidisplay na demonstração do Balanço Patrimonial Consolidado, resultando em uma reclassificação relativa a 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012 para fins de comparabilidade.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de princípios contábeis os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, nas demonstrações financeiras. Contudo, devido à incerteza relativa a essas premissas e estimativas os resultados reais podem divergir.

Estimativas e premissas

As principais premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando a probabilidade de perda é considerada provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual dos saldos a receber com riscos de realização.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota 2.13, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2014, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

Provisão para participação nos lucros

A participação nos lucros e resultados paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseada na realização de métricas de desempenho financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	7.725	5.486	36.155	34.015
Equivalentes de caixa	100.377	84.562	144.911	118.188
Total	108.102	90.048	181.066	152.203

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em diversas instituições financeiras, com liquidez imediata, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de perda de seu valor. Essas aplicações financeiras compreendem Certificado de Depósito Bancário – CDB e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	109.626	106.090	273.511	233.568
Provisão para perdas sobre créditos	(538)	(189)	(4.991)	(1.439)
Total	109.088	105.901	268.520	232.129
Total circulante:	105.526	105.901	269.411	232.129
Total não circulante:	4.100	-	4.100	-

Em de 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui o valor de R\$ 4.100 na rubrica “contas a receber” no ativo não circulante referente a serviços prestados e não recebidos até esta data, devido a retenções promovidas unilateralmente por um cliente da Companhia no âmbito dos contratos administrativos firmados entre as partes. A Companhia está buscando o recebimento deste montante judicialmente e o entendimento da Companhia, com o suporte dos assessores legais externos que auxiliam no referido processo judicial, é de que tais retenções são, de fato, ilegais e que, portanto espera receber os valores retidos em data futura, não havendo nessa data necessidade de constituição de perda por crédito de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	74.460	65.139	193.731	148.626
Vencidos				
Até 30 dias	23.955	25.476	42.803	42.633
De 31 à 60 dias	3.064	5.127	6.994	13.126
De 61 à 90 dias	2.247	2.100	4.048	9.193
De 91 à 120 dias	603	705	5.264	3.704
De 121 à 150 dias	436	1.530	1.661	6.472
De 151 à 180 dias	210	1.213	436	1.534
De 181 à 210 dias	806	396	6.707	500
De 211 à 365 dias	847	1.363	3.750	2.600
Há mais de 365 dias	2.998	3.041	8.117	5.180
Total vencidos	35.166	40.951	79.780	84.942
Total	109.626	106.090	273.511	233.568

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

A Companhia analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e com base no histórico de recebimentos e entende, que em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os montantes provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IR a recuperar	1.926	6.975	10.604	12.733
CSLL a recuperar	194	993	200	998
ICMS a recuperar	1	704	895	1.459
IPI a recuperar	13.300	8.723	13.887	9.112
Impostos federais retidos por clientes	2.500	291	2.565	325
Outros	-	1	157	158
Total	17.921	17.687	28.308	24.785
Total circulante	4.621	12.547	14.911	19.548
Total não circulante	13.300	5.140	13.397	5.237
Total	17.921	17.687	28.308	24.785

A Companhia tem expectativa de realizar seus créditos de IPI a recuperar através de compensação com outros tributos federais e pedido de restituição junto às autoridades fiscais, portanto, a Administração entende que os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2014 são realizáveis. Em 2014, a Companhia entrou com um pedido de restituição dos créditos de IPI no valor de R\$ 8.296 e está aguardando posição do órgão federal.

Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se, principalmente, a IR sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Matéria prima	29.968	41.680	73.595	72.126
Produtos em processo	21.743	25.438	40.420	35.728
Peças e materiais de reposição	3.487	3.115	4.114	3.798
	55.198	70.233	118.129	111.652
Adiantamentos a fornecedores	8.093	4.481	9.349	6.406
Total	63.291	74.714	127.478	118.058

8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	10.378	9.217	14.326	13.258
Tributários	8.062	8.339	8.062	8.339
Cíveis, comerciais e outros	6.898	6.897	6.898	6.897
Total	25.338	24.453	29.286	28.494

Em 29 de maio de 2012 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao auto de infração nº 4003960-2 no valor de R\$ 7.009. Este auto de infração refere-se a divergências encontradas no arquivo digital EFD (Sped Fiscal) no período compreendido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010.

Em 8 de fevereiro de 2013 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao processo nº 2008.34.00.029636-4 no valor de R\$ 6.646. Este processo, de natureza cível, possui expectativa de perda possível, tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e tem como objeto obter a suspensão de exigibilidade de multa imposta pela mesma à Companhia no processo administrativo nº 53.508.009981/2004, por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo e sua movimentação estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	Reconhecido no resultado IR/CSLL		
	31/12/2013	diferido	31/12/2014
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	3.073	1.406	4.479
Comissões a pagar	629	118	747
Provisão para fretes	184	(7)	177
Provisão para obsolescência do imobilizado	1.419	-	1.419
Provisão para royalties	1.624	(1.204)	420
Provisão para honorários advocatícios	584	(60)	524
Provisão para PLR	1.278	1.145	2.423
Outras adições temporárias	1.978	(458)	1.520
Total imposto diferido ativo	10.769	940	11.709
Impostos diferido passivos com relação a:			
Diferença depreciação – CPC 27	(4.237)	(1.423)	(5.660)
Total imposto diferido passivo	(4.237)	(1.423)	(5.660)
Total imposto diferido	6.532	(483)	6.049

	Consolidado		
	Reconhecido no resultado IR/CSLL		
	31/12/2013	diferido	31/12/2014
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	3.451	2.688	6.139
Efeito fiscal da contraprestação contingente	6.626	-	6.626
Comissões a pagar	842	196	1.038
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	18.269	(2.019)	16.250
Provisão para fretes	218	(20)	198
Provisão para obsolescência do imobilizado	1.419	2.550	3.969
Provisão para royalties	1.631	(1.200)	431
Provisão para honorários advocatícios	584	(60)	524
Provisão para PLR	1.678	1.247	2.925
Outras adições temporárias	3.875	(529)	3.346
Total imposto diferido ativo	38.593	2.853	41.446
Impostos diferido passivos com relação a:			
Amortização fiscal do ágio dedutível	(34.297)	(993)	(35.290)
Diferença depreciação – CPC 27	(4.577)	(1.574)	(6.151)
Total imposto diferido passivo	(38.874)	(2.567)	(41.441)
Total imposto diferido	(281)	286	5

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (considerando a vida útil do bem).

A Companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos quando referentes a mesma empresa jurídica da seguinte forma:

31/12/2014					
Compensação	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	11.709	10.884	13.055	5.798	41.446
Impostos diferidos passivos	(5.660)	(35.781)	-	-	(41.441)
Total, líquidos	6.049	(24.897)	13.055	5.798	5
Total ativos fiscais	6.049	-	13.055	5.798	24.902
Total passivos fiscais	-	(24.897)	-	-	(24.897)

31/12/2013					
Compensação	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	10.769	7.880	13.791	6.153	38.593
Impostos diferidos passivos	(4.237)	(34.637)	-	-	(38.874)
Total, líquidos	6.532	-	13.791	6.153	(281)
Total ativos fiscais	6.532	-	13.791	6.153	26.476
Total passivos fiscais	-	(26.757)	-	-	(26.757)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2015	5.287	14.439
2016	6.422	16.071
2017	-	4.336
2018	-	6.626
Total	11.709	41.472

Para fundamentar os créditos fiscais decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2014, o estudo técnico de viabilidade, o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2014. O estudo de viabilidade indica a recuperação do saldo em até 04 anos.

10. Investimentos e intangível

Investimentos

A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					Saldos em 31/12/2014
	Saldos em 31/12/2013	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
Investidas						
Valid Par	883	-	-	54	-	937
Interprint	215.451	-	(65)	51.170	(67.000)	199.556
Valid Espanha	37.609	-	2.016	16.692	-	56.317
Valid Argentina	12.898	-	(724)	8.098	-	20.272
Trust	10.906	-	-	2.979	(3.000)	10.885
	277.747	-	1.227	78.993	(70.000)	287.967
Ágio						
Valid Espanha	39.696	-	6	-	-	39.702
Valid Argentina	5.339	-	(628)	-	-	4.711
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	48.684	-	(622)	-	-	48.062
Total	326.431	-	605	78.993	(70.000)	336.029

Investimento	Consolidado					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
Multidisplay	20.310	-	-	5.800	(3.608)	22.502
Incarn	17.693	-	-	(17.693)	-	-
Total	38.003	-	-	(11.893)	(3.608)	22.502

A movimentação dos saldos de investimentos para o período findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada como segue:

Investimento	Controladora					Saldos em 31/12/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
Investidas						
Valid Par	847	-	99	(63)	-	883
Interprint	204.744	-	(120)	50.827	(40.000)	215.451
Valid Espanha	26.528	-	8.126	2.955	-	37.609
Valid Argentina	9.463	1.583	(1.836)	3.688	-	12.898
Transtex Chile	26	(72)	46	-	-	-
Trust	12.406	-	-	2.500	(4.000)	10.906
	254.014	1.511	6.315	59.907	(44.000)	277.747
Ágio						
Valid Espanha	33.161	-	6.535	-	-	39.696
Valid Argentina	6.179	-	(840)	-	-	5.339
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	42.989	-	5.695	-	-	48.684
Total	297.003	1.511	12.010	59.907	(44.000)	326.431

Investimento	Consolidado					Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições (baixas)	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	
	(Reapresentado)					(Reapresentado)
Multidisplay	18.553	-	-	4.251	(2.494)	20.310
Incard	19.601	-	-	(1.908)	-	17.693
Total	38.154	-	-	2.343	(2.494)	38.003

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto podem ser resumidas da seguinte forma:

31 de dezembro de 2014						
Controladas e controladas em conjunto	Total dos ativos	Total dos passivos	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	954	17	54	937	1.031	100
Interprint	251.367	51.811	51.170	199.556	227.500	100
Incard	35.099	19.290	(21.618)	15.809	-	(****) 50
Certificadora	51.521	30.165	7.867	21.356	20.000	(**) 100
Valid Espanha	126.988	70.671	16.691	56.317	164	100
Valid Argentina	43.588	22.384	8.471	21.204	19.025	(*) 100
Trust	13.130	2.245	2.979	10.885	17.500	100
Valid USA	247.343	232.197	1.975	15.146	100	(**) 100
ScreenCheck	13.835	2.375	281	11.460	-	(**) 100
Valid México	1.797	-	-	1.797	17.464	(**) 100
Valid Colômbia	861	79	255	782	487	(**) 100
Valid Uruguai	12	-	-	12	20	(**) 100

(*)Participação direta e indireta.

(**)Participação indireta através da Interprint.

(***)Participação indireta através da Valid Espanha

(****) Controlada em conjunto indireta através da Interprint. (vide nota explicativa nº 10 f)

a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("CPC 01").

b) Valid Participações Ltda.

A Valid Participações Ltda. cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 3 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

c) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino, além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

d) CSB Transtex Chile S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil. No 4º trimestre de 2013 a Transtex Chile encerrou suas atividades.

e) Interprint Ltda.

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard, detido pela Companhia através da sua subsidiária Interprint, refere-se a uma joint venture com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos chips para a produção de smart cards e produtos correlatos.

Em 27 de março de 2013, a controlada Interprint resolveu denunciar o Joint Venture Agreement, firmado em 3 de abril de 2002 com a empresa Incard S.A., pelo fato do mesmo não vir alcançando os propósitos nele estabelecidos. Desde então os acionistas da Incard vêm discutindo as próximas ações a serem tomadas e, com base nas discussões e expectativas mais recentes, a Valid através de sua subsidiária Interprint constituiu em 31 de dezembro de 2014, uma provisão do valor do investimento na Incard devido à incerteza na realização do mesmo na data das demonstrações financeiras.

g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 2 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de R\$15.332 pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955.

Em 1º de setembro de 2013, foi pago a título de *earn-out*, após terem sido atingidas as metas pactuadas no contrato de compra e venda, o montante de R\$ 19.488, o qual foi registrado na rubrica de “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414 relativo a rentabilidade futura com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

i) Valid Certificadora Digital Ltda.

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A Controladora Valid S.A., concedeu carta de fiança em nome da sua controlada Valid Certificadora no montante de R\$20.000, a fim de garantir a execução contratual referente às obrigações dos critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

j) Valid USA, Inc.

A Valid USA, Inc. (“Valid USA”) foi constituída em 15 de abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos, conforme contrato social. A Valid Espanha possui 100% de seu capital social. Em 6 de novembro de 2012, a Valid USA obteve a aprovação pelo Tribunal de Falência dos Estados Unidos (Distrito Norte de Illinois) do seu acordo para a aquisição de substancialmente todos os ativos operacionais da Vmark, Inc., empresa sediada em Illinois, Estados Unidos da América, e algumas de suas afiliadas, sendo elas: Versatile Card Technology (VCT), Qualteq, Inc. (d/b/a VCT – New Jersey, Inc.), Creative Automation (CAC), Unique Mailing Services (UMS), Global Card Services (GCS), unique Embossing Services (UES), Automated Presort (API), Fulfillment Excellence (FXI), Unique Data Services (USD) e Veluchamy, LLC (em conjunto “Vmark”). O valor da aquisição foi de US\$49.452 mil (R\$104.216 na data da aquisição).

k) Valid Secure Solutions LLC.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2012, aprovou a aquisição de 100% do capital social da PPI Secure Solutions LLC (“PPI”), empresa com sede na Pennsylvania, Estados Unidos. Em setembro de 2012 a empresa teve sua razão social alterada para Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”). A Valid Solutions atua na área de atendimento a contingências na área de meios de pagamento (“disaster recovery”). A aquisição foi realizada através da Valid USA em dinheiro, pelo montante total de R\$2.548, sendo apurado um ganho na compra vantajosa no valor total de R\$965, reconhecido como receita na rubrica “Outras receitas operacionais” na demonstração do resultado.

Em abril de 2014 a Valid Solutions encerrou suas atividades tendo sido incorporada pela Valid USA.

l) ScreenCheck North America, LLC.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de agosto de 2013, aprovou a aquisição, através de sua subsidiária Valid USA, de 100% do capital social da sociedade limitada ScreenCheck North America, LLC (“ScreenCheck”), empresa com sede em Indiana, Estados Unidos. A ScreenCheck é fornecedora de soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o workflow de acordo com as regras do AAMV e adaptável a diferentes projetos que envolvam a área de identificação. O preço de compra foi de US\$7.576 mil (equivalente a R\$17.262 na data da aquisição), tendo sido US\$4.662 mil (equivalente a R\$10.621 na data da aquisição) pagos à vista, somados a uma contraprestação contingente, calculada com base em uma estrutura de *earn-out*, cujo valor justo na data da aquisição era de US\$2.914 mil (equivalente a R\$6.641 naquela data), classificado no passivo na rubrica “contas a pagar – aquisição de empresas”, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas pactuadas no contrato de aquisição. O valor da contraprestação contingente era indexado ao Dólar, e foi pago em 15 de julho de 2014 no montante de US\$2.881 mil (equivalente a R\$6.394 na data do pagamento). O ágio reconhecido nesta aquisição foi de R\$8.968.

m) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.S.

Em abril de 2014 a Companhia adquiriu, através de sua subsidiária Valid Espanha, a empresa atualmente denominada Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.S (“Valid Colômbia”) pelo montante de US\$500 (em dólares) com sede em Bogotá, Colômbia. Esta empresa atuará como um bureaux comercial visando expansão de negócios na América do Sul. Considerando que a mesma na data da aquisição não possuía operações, o pronunciamento técnico CPC 15, IFRS 3 não se aplica por não constituir um negócio.

n) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (antiga Solpyr Investment S.A.)

Em setembro de 2014 a Companhia adquiriu, através de sua subsidiária Interprint, a Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Uruguai”) pelo montante de US\$ 4.530 (em dólares) com sede em Montevidéu, Uruguai. Esta empresa atuará na área de serviços de personalização de cartões magnéticos com chip e cartões inteligentes em geral visando expansão de negócios na América do Sul. Considerando que a mesma na data da aquisição não possuía operações, o pronunciamento técnico CPC 15, IFRS 3 não se aplica por não constituir um negócio.

o) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. de C.V.

Em setembro de 2014 a Companhia constituiu, através de sua subsidiária Interprint, a Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. de C.V. (“Valid México”) com sede na Cidade do México (Distrito Federal). Esta empresa atuará na área de serviços de cartões inteligentes em geral e ainda não está operacional. Em 07 de outubro de 2014, foi aprovado em reunião dos sócios o aumento de capital no valor de US\$ 746.065 mil.

Intangível

A movimentação dos saldos de intangível para o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada como segue:

Controladora					
Intangível	Saldo em 31/12/2013	Adições (baixas)	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Vida útil definida					
Software	11.420	10.065	(3.941)	-	17.544
Total	11.420	10.065	(3.941)	-	17.544
Consolidado					
Intangível	Saldos em 31/12/2013 (Reapresentado)	Adições (baixas)	Amortização	Variação Cambial	Transferências Saldos em 31/12/2014
Vida útil definida					
Software	16.500	45.583	(10.915)	1.203	- 52.371
Marcas e patentes	1.759	-	-	-	- 1.759
Vida útil indefinida					
Licença certificação digital	500	-	-	-	- 500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	- 85.962
Valid Espanha	39.696	-	-	7	- 39.703
Praven (*)	6.731	-	-	-	- 6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	- 11.099
Valid Argentina	5.620	-	-	(661)	- 4.959
Trust	3.649	-	-	-	- 3.649
Vmark	459	-	-	62	- 521
ScreenCheck	9.220	-	-	1.235	- 10.455
Total	181.195	45.583	(10.915)	1.846	- 217.709

(*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

A movimentação dos saldos de intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada como segue:

Controladora					
Intangível	Saldo em 31/12/2012	Adições (baixas)	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Vida útil definida					
Software	7.655	5.930	(3.306)	1.141	11.420
Total	7.655	5.930	(3.306)	1.141	11.420

Consolidado							
Intangível	Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	Adições (baixas)	Aquisição de controlada	Amortização	Variação Cambial	Transferências	Saldos em 31/12/2013 (Reapresentado)
Vida útil definida							
Software	8.312	6.348	4.466	(4.100)	333	1.141	16.500
Marcas e patentes	1.759	-	-	-	-	-	1.759
Vida útil indefinida							
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	-	500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	-	-	85.962
Valid Espanha	33.161	-	-	-	6.535	-	39.696
Praven (*)	6.731	-	-	-	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	-	-	11.099
Valid Argentina	6.505	-	-	-	(885)	-	5.620
Trust	3.649	-	-	-	-	-	3.649
Vmark	401	-	-	-	58	-	459
ScreenCheck	-	-	8.968	-	252	-	9.220
Total	158.079	6.348	13.434	(4.100)	6.293	1.141	181.195

11. Imobilizado

	Controladora										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing ¹	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2013	3.732	78.101	180.674	25.863	11.795	2.637	102.735	10.490	6.577	2.201	424.805
Adições	-	59	12.253	9.346	2.276	247	27.533	-	4.779	13.739	70.232
Baixas	-	-	(4.843)	-	(43)	(99)	(3.343)	-	-	(13.639)	(21.967)
Transferências	-	2.931	-	-	39	-	2.138	-	(5.108)	-	-
Saldos em 31/12/2014	3.732	81.091	188.084	35.209	14.067	2.785	129.063	10.490	6.248	2.301	473.070
Depreciação											
Saldos em 31/12/2013	-	(23.406)	(102.505)	(3.047)	(6.842)	(861)	(83.586)	(5.776)	-	-	(226.023)
Adições	-	(3.024)	(11.148)	(8.205)	(923)	(529)	(9.937)	(204)	-	-	(33.970)
Baixas	-	-	4.511	-	41	76	3.238	-	-	-	7.866
Transferências	-	-	-	-	32	-	(32)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	-	(26.430)	(109.142)	(11.252)	(7.692)	(1.314)	(90.317)	(5.980)	-	-	(252.127)
Valor residual líquido em 31/12/2013	3.732	54.695	78.169	22.816	4.953	1.776	19.149	4.714	6.577	2.201	198.782
em 31/12/2014	3.732	54.661	78.942	23.957	6.375	1.471	38.746	4.510	6.248	2.301	220.943

¹ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

	Consolidado										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing¹	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2013	7.684	114.580	362.719	25.863	17.242	3.896	151.369	14.028	9.285	8.074	714.740
Adições	-	78	16.339	9.346	2.974	550	20.091	426	35.802	15.223	100.829
Baixas	-	-	(17.899)	-	(246)	(859)	(3.420)	(144)	(782)	(13.877)	(37.227)
Ajuste cambial	465	736	6.383	-	212	51	1.355	1.949	3.175	-	14.326
Transferências	-	2.931	9.570	-	669	-	5.851	21.382	(34.544)	(5.859)	-
Provisão para obsolescência	-	-	(7.500)	-	-	-	-	-	-	-	(7.500)
Reversão de provisão para obsolescência	-	-	651	-	-	-	-	-	-	-	651
Saldos em 31/12/2014	8.149	118.325	370.263	35.209	20.851	3.638	175.246	37.641	12.936	3.561	785.819
Depreciação											
Saldos em 31/12/2013	-	(42.281)	(199.898)	(3.047)	(9.531)	(1.421)	(114.592)	(6.957)	-	-	(377.727)
Adições	-	(4.422)	(26.019)	(8.205)	(1.422)	(797)	(10.090)	(1.013)	-	-	(51.968)
Baixas	-	1	8.715	-	55	623	3.303	-	-	-	12.697
Ajuste cambial	-	(125)	(1.369)	-	(12)	(55)	(174)	43	-	-	(1.692)
Transferências	-	-	-	-	32	-	(32)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	-	(46.827)	(218.571)	(11.252)	(10.878)	(1.650)	(121.585)	(7.927)	-	-	(418.690)
Valor residual líquido em 31/12/2013	7.684	72.299	162.821	22.816	7.711	2.475	36.777	7.071	9.285	8.074	337.013
em 31/12/2014	8.149	71.498	151.692	23.957	9.973	1.988	53.661	29.714	12.936	3.561	367.129
¹ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.											

¹ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de custo aproximado de R\$3.895 (R\$3.895 em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing de máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2012	3.732	71.102	177.672	27.417	10.723	2.466	94.578	10.490	6.876	933	405.989
Adições	-	467	6.203	-	814	724	8.566	-	9.360	11.103	37.237
Baixas	-	-	(4.023)	(1.554)	(6)	(553)	(157)	-	-	(9.835)	(16.128)
Transferências	-	6.532	822	-	264	-	(252)	-	(9.659)	-	(2.293)
Saldos em 31/12/2013	3.732	78.101	180.674	25.863	11.795	2.637	102.735	10.490	6.577	2.201	424.805
Depreciação											
Saldos em 31/12/2012	-	(20.559)	(96.362)	-	(6.109)	(606)	(76.829)	(5.573)	-	-	(206.038)
Adições	-	(2.847)	(10.028)	(3.047)	(735)	(626)	(7.995)	(203)	-	-	(25.481)
Baixas	-	-	3.885	-	2	371	86	-	-	-	4.344
Transferências	-	-	-	-	-	-	1.152	-	-	-	1.152
Saldos em 31/12/2013	-	(23.406)	(102.505)	(3.047)	(6.842)	(861)	(83.586)	(5.776)	-	-	(226.023)
Valor residual líquido em 31/12/2012	3.732	50.543	81.310	27.417	4.614	1.860	17.749	4.917	6.876	933	199.951
em 31/12/2013	3.732	54.695	78.169	22.816	4.953	1.776	19.149	4.714	6.577	2.201	198.782

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing de máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	7.073	104.726	357.438	27.417	14.380	3.626	134.370	11.991	7.315	933	669.269
Adições	-	683	9.986	-	2.598	862	15.735	2.059	13.071	17.156	62.150
Aquisição de controladas	183	1.591	-	-	114	-	-	-	-	-	1.888
Baixas	-	-	(10.965)	(1.554)	(375)	(704)	(232)	(8)	-	(10.052)	(23.890)
Ajuste cambial	428	(189)	7.692	-	141	112	1.576	(14)	-	37	9.783
Transferências	-	7.769	735	-	384	-	(80)	-	(11.101)	-	(2.293)
Provisão para obsolescência	-	-	(2.167)	-	-	-	-	-	-	-	(2.167)
Saldos em 31/12/2013	7.684	114.580	362.719	25.863	17.242	3.896	151.369	14.028	9.285	8.074	714.740
Depreciação											
Saldos em 31/12/2012 (Reapresentado)	-	(37.843)	(176.836)	-	(8.420)	(948)	(102.934)	(6.712)	-	-	(333.693)
Adições	-	(4.158)	(25.046)	(3.047)	(1.061)	(943)	(12.264)	(397)	-	-	(46.916)
Baixas	-	-	4.968	-	9	520	129	-	-	-	5.626
Ajuste cambial	-	(280)	(2.999)	-	(56)	(50)	(663)	152	-	-	(3.896)
Transferências	-	-	15	-	(3)	-	1.140	-	-	-	1.152
Saldos em 31/12/2013	-	(42.281)	(199.898)	(3.047)	(9.531)	(1.421)	(114.592)	(6.957)	-	-	(377.727)
Valor residual líquido em 31/12/2012	7.073	66.883	180.602	27.417	5.960	2.678	31.436	5.279	7.315	933	335.576
em 31/12/2013	7.684	72.299	162.821	22.816	7.711	2.475	36.777	7.071	9.285	8.074	337.013

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos(a)	Empréstimos(a)	Empréstimos(a)	Financiamentos(b)
Tomador	Valid USA	Valid USA	Valid USA	Valid Certificadora
Valor total	US\$ 52.500 mil	US\$ 10.000 mil	US\$ 10.000 mil	R\$ 29.875
Data de Vencimento	Nov/18	Abril/19	Outubro/2019	Setembro/18
Remuneração	2,64% a.a.	Libor + 2,70% a.a.	Libor + 2,65% a.a.	TJLP + 1,5% a.a
Garantia	-	-	Valid S.A.	Fiança Bancária
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Semestrais (a partir de Abr/16)	Trimestral (a partir de Dez/15)	Trimestrais (a partir de Out/14)
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Semestrais(a partir de Out/14)	Trimestral (a partir de Dez/14)	Trimestrais

Descrição	Leasing a Pagar(c)	Leasing a Pagar(c)	Leasing a Pagar(c)
Tomador	Valid S.A.	Valid S.A.	Valid USA
Valor total	R\$ 25.863	R\$ 9.346	US\$ 1.005 mil
Data de Vencimento	Novembro/2018	Fevereiro/2016	Março/2018
Remuneração	10,85% a.a.	IPC – Fipe	1,09% a.a.
Garantia	Equipamentos	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Mensais	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Mensais	Mensais	Mensais

Debêntures (d)	4ª emissão-30/04/2013
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 250.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	30 de abril de 2018
Remuneração	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)
Garantia	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Debêntures	254.914	254.222	254.914	254.222
Leasing	26.854	20.057	28.942	20.057
Financiamentos	-	-	24.913	21.556
Empréstimos (Valid USA)	-	-	170.291	116.142
Conta garantida Valid Argentina	-	-	89	115
Total	281.768	274.279	479.149	412.092
Circulante	79.509	4.222	121.565	18.928
Não Circulante	202.259	270.057	357.584	393.164
Total	281.768	274.279	479.149	412.092

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos:

a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, através da subsidiária Valid USA, o Grupo captou o empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América.

A Companhia em relação a esse empréstimo apresentava uma aplicação financeira – caixa restrito, na qual era dado em garantia. A liberação desta aplicação estava condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA.

Em 31 de julho de 2013 a Valid S.A e sua controlada Valid USA, assinaram o aditamento ao contrato de empréstimo e garantias celebrado junto ao Deutsche Bank S.A. liberando em 5 de agosto de 2013, o numerário dado em garantia que estava alocado anteriormente no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito, sendo R\$ 102.265 referente ao principal aplicado e R\$ 5.056 referente a rendimentos auferidos e liquidando os contratos de Swap cambial cuja liberação gerou uma entrada de caixa na Valid S.A. no total de R\$ 5.320, líquidos de imposto de renda.

Como contrapartida as liberações, a controlada Valid USA incorporou à dívida com o Deutsche Bank S.A. na mesma data, uma taxa de ajuste de risco de empréstimo no montante total de US\$ 3.500 aumentando o valor do principal de US\$ 49.000 para US\$ 52.500, mantendo porém, o cronograma de pagamentos e efetuando um ajuste na taxa efetiva do contrato, sendo o mesmo amortizado pelo prazo contratual.

Em 29 de abril de 2014, através da subsidiária Valid USA, o Grupo captou o empréstimo junto ao Itau BBA International plc. no montante de US\$ 10.000 mil para arcar com os custos de reestruturação da empresa.

Em 31 de outubro de 2014, através da subsidiária Valid USA, o Grupo contratou uma linha de crédito de US\$ 20.000 mil junto ao HSBC Bank USA. Desta linha, foi realizada em 31 de outubro a captação de US\$ 10.000 mil, sendo aproximadamente US\$ 3.000 mil para honrar compromissos com aquisição de ativos imobilizados e US\$ 7.000 mil para capital de giro. A Controladora é garantidora do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos dos empréstimos registrados no Grupo estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Principal	169.856	115.854
Juros	435	288
Total	170.291	116.142
Total circulante	34.741	13.191
Total não circulante	135.550	102.951
Total	170.291	116.142

b) Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, através da subsidiária indireta Valid Certificadora, o Grupo captou o financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$ 29.875, tendo sido liberado o montante de R\$ 26.500 até 31 de dezembro de 2014.

No exercício de 2014 foram pagos juros remuneratórios no valor total de R\$ 1.656 referentes a este financiamento.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos dos financiamentos registrados no Grupo estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Principal	24.844	21.500
Juros	69	56
Total	24.913	21.556
Total circulante	6.695	1.400
Total não circulante	18.218	20.156
Total	24.913	21.556

c) Leasing a pagar

A Companhia possui arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros. O prazo médio desses arrendamentos é de 6 anos. A Companhia possui opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. As obrigações do Grupo assumidas por meio de arrendamentos financeiros estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

Conforme previsto em contrato a Companhia realizou adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 20.451 o qual passou a ser descontado desde janeiro de 2014 e continuará sendo descontado nas prestações futuras, estando as mesmas atreladas ao dólar, sendo parte destas prestações referente ao pagamento da máquina e parte referente ao serviço de operação da máquina. A parcela do adiantamento referente à aquisição da máquina está apresentada líquida

na rubrica de “Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar” e a parcela referente à operação da máquina na rubrica “Outras contas a receber”. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do adiantamento em aberto é de R\$ 12.087, sendo R\$ 3.147 na rubrica de “Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar” e R\$ 8.940 na rubrica “Outras contas a receber”.

A Companhia firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de pagamentos mínimos de R\$ 9.346 com vigência de 24 meses a partir de março de 2014 referente a equipamentos de processamento de dados onde os bens são revertidos sem custo, ao final do contrato, ao arrendatário.

A Valid USA firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de US\$ 1.005 mil com vigência de 48 meses a partir de abril de 2014 referente a equipamentos de processamento de dados. Durante o exercício de 2014, foram efetuados pagamentos no montante de US\$ 220 mil.

Abaixo demonstramos os pagamentos mínimos futuros a pagar, líquidos dos adiantamentos sobre os arrendamentos financeiros em 31 de dezembro de 2014.

	Controladora			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Pagamento mínimo de leasing	15.242	14.759	-	30.001
Adiantamento	(3.147)	-	-	(3.147)
Total de pagamentos mínimos líquidos	12.095	14.759	-	26.854

	Consolidado			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Pagamento mínimo de leasing	15.773	16.316	-	32.089
Adiantamento	(3.147)	-	-	(3.147)
Total de pagamentos mínimos líquidos	12.626	16.316	-	28.942

d) Debêntures

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Principal – 4ª emissão	62.500	-
Juros – 4ª emissão	4.914	4.222
	67.414	4.222
Não circulante		
Principal – 4ª emissão	187.500	250.000
	187.500	250.000
Total	254.914	254.222

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants*, para os quais a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais na data-base de 31 de dezembro de 2014.

Adicionalmente divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	79.509	121.565
2016	68.522	119.131
2017	67.743	118.354
2018	65.994	112.027
2019	-	8.072
Total	<u>281.768</u>	<u>479.149</u>

13. Operações de arrendamento operacional

a) Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. O Grupo não tem a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

b) Pagamentos reconhecidos no resultado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pagamentos de arrendamento operacional	11.712	10.057	12.027	10.057

c) Compromisso de arrendamento operacional não cancelável

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Até um ano	8.332	7.592	8.332	7.592
De um a cinco anos	9.255	7.172	9.255	7.172

A Companhia não possui passivos reconhecidos em relação a contratos onerosos de arrendamento operacional.

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IR a recolher	1.240	1.123	12.941	10.758
CSLL a recolher	-	-	818	648
ICMS a recolher	14	141	14	143
IPI a recolher	-	-	103	96
ISS a recolher	1.845	1.511	2.381	1.831
COFINS a recolher	2.863	2.061	4.024	2.805
PIS a recolher	622	447	874	609
Outros	56	151	87	183
Total	<u>6.640</u>	<u>5.434</u>	<u>21.242</u>	<u>17.073</u>

15. Provisões

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

Controladora				
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Trabalhistas	7.728	8.382	(4.341)	11.769
Tributárias	8	10	(8)	10
Cíveis, comerciais e outros	1.302	229	(136)	1.395
Total	9.038	8.621	(4.485)	13.174

Consolidado				
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Trabalhistas	11.353	12.614	(6.192)	17.775
Tributárias	8	102	(8)	102
Cíveis, comerciais e outros	1.321	235	(161)	1.395
Total	12.682	12.951	(6.361)	19.272

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

Controladora				
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
Trabalhistas	7.819	11.756	(11.847)	7.728
Tributárias	-	8	-	8
Cíveis, comerciais e outros	654	682	(34)	1.302
Total	8.473	12.446	(11.881)	9.038

Consolidado				
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013
(Reapresentado)				
Trabalhistas	9.783	15.176	(13.606)	11.353
Tributárias	2.191	8	(2.191)	8
Cíveis, comerciais e outros	654	701	(34)	1.321
Total	12.628	15.885	(15.831)	12.682

a) Provisões

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda provável e, portanto, reconhecidas as respectivas provisões nas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo:

- **Cíveis:** Principalmente discussões sobre questões contratuais diversas onde podemos destacar como mais relevante o processo da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP no montante aproximado de R\$ 770 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 764 em 31 de dezembro de 2013).
- **Trabalhistas:** Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. As reclamações mais relevantes dizem respeito a equiparação salarial no valor agregado de aproximadamente R\$ 3.588 e a pagamento de benefícios diversos no valor agregado de aproximadamente R\$ 2.551 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.157 em 31 de dezembro de 2013).
- **Tributárias:** Envolvem cumprimento de obrigações fiscais relativas a órgãos Federais não havendo nenhum montante relevante individualmente.

b) Causas com probabilidade de perda possível

A Companhia discute na esfera judicial, ações para as quais existe a expectativa de perda possível e entende que para estas não há necessidade de reconhecimento de provisão correspondente, visto que existe embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	28.584	19.073
Tributários	88.399	67.286
Cíveis, comerciais e outros	35.163	26.988
Total	152.146	113.347

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	36.253	20.220
Tributários	112.932	95.540
Cíveis, comerciais e outros	80.947	45.572
Total	230.132	161.332

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

- **Processos tributários:**

- i) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)**

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao suposto enquadramento equivocado de classificação de bens na tabela de IPI gerando débito de imposto.

E ainda possui autos de infração referentes a glosa de créditos relativos ao IPI em razão do não recolhimento do creditamento do imposto realizado pela Companhia e posterior utilização para compensação com débitos do mesmo imposto.

Em relação aos autos de infração supostamente devidos ao enquadramento equivocado de classificações de bens na tabela de IPI e em relação ao não recolhimento do creditamento do imposto, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a perda como possível e, como consequência, não foram constituídas provisões. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 destes processos montam aproximadamente R\$ 32.776 e R\$ 14.590, respectivamente (R\$ 30.428 e R\$ 14.356 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

- ii) Auto de infração – Arquivos eletrônicos fiscais**

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração, no montante atualizado de R\$ 7.125, referente a multa por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais.

- iii) Execução fiscal ICMS – São Paulo**

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora Interprint auto de infração no montante atualizado de aproximadamente R\$ 3.908 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2013), referente a cobrança de suposto débito de ICMS relativo a diferenças de recolhimento deste imposto por divergência de base de cálculo, relativo a venda de cartões indutivos.

- iv) INSS**

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS está cobrando crédito tributário da controladora no montante atualizado de R\$ 9.977 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 8.237 em 31 de dezembro de 2013).

- v) IRPJ e CSLL**

A Receita Federal lavrou contra a controladora Interprint auto de infração no montante atualizado de aproximadamente R\$ 22.391, referente suposta irregularidade de amortização de ágio registrado na escrituração contábil da mesma.

- vi) Processos cíveis, comerciais e outros:**

- Ação cível ajuizada contra a controladora, cujo autor é o ex-representante comercial da controladora, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. O valor atualizado da ação em 31 de dezembro de 2014 atribuído pelo ex-representante é de R\$ 21.426 (R\$ 19.508 em 31 de dezembro de 2013).

- Ação cível ajuizada contra a controladora requerendo nulidade de contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de telecomunicações, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 6.983.
- Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação, o valor atualizado da ação em 31 de dezembro de 2014 atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 22.348 (R\$ 18.540 em 31 de dezembro de 2013).

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a perda como possível e, como consequência, não foram constituídas provisões para os processos acima listados.

- **Processos trabalhistas:**

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. A reclamação possível de maior representatividade refere-se a um processo movido por um ex-representante comercial que efetua o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento dos benefícios e direitos trabalhistas no montante de R\$ 14.402 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 12.647 em 31 de dezembro de 2013).

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a perda como possível e, consequentemente, não constituiu provisões para estes processos.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia para garantir compromissos em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 9.912 na controladora e R\$ 21.946 no consolidado (R\$ 10.956 na controladora e R\$ 14.512 no consolidado em 31 de dezembro de 2013). Os encargos de comissão desses contratos possuem taxas contratadas de 2,5% a 3,0% a.a. registrados na demonstração do resultado, mensalmente.

16. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Contas a receber		
Interprint	-	8
Valid Argentina	-	6
Valid USA	309	-
Outras contas a receber		
Valid Argentina – mútuo (b)	-	1.948
Total Ativo circulante	309	1.948
Não Circulante		
Outras contas a receber		
Valid Argentina – mútuo (a)	2.355	-
Valid Espanha – mútuo (b)	56.307	29.548
Total Ativo não circulante	58.662	29.548
Circulante		
Fornecedores		
Valid Certificadora	(1)	(2)
Trust	(46)	(34)
Total Passivo circulante	(47)	(36)

Características das principais transações entre parte relacionadas:

- (a) Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000 mil. A Valid Argentina (mutuária) se comprometeu a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito. Em julho de 2013 foi capitalizado parte do montante mutuado no valor de US\$ 711 mil (R\$ 1.583 na data da capitalização). Após aditamentos contratuais, o prazo de mútuo possui vencimento em 30 de junho de 2015.
- (b) Em 26 de setembro de 2012, a controlada Valid Espanha firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 5.000 mil, contrato este que foi aditado em 21 de maio de 2013 aumentando este montante para até US\$ 10.000 mil e novamente aditado em 8 de agosto aumentando este montante para até US\$ 20.000 mil com vencimento em 01 de abril de 2015. A Valid Espanha (mutuária) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios mensais equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para os títulos federais – SELIC, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito. Até 31 de dezembro de 2014 já havia sido remetido o montante total atualizado de R\$ 56.312 (R\$ 29.548 em 31 dezembro de 2013)

As principais transações entre partes relacionadas que representam resultado da Controladora:

- A controlada Interprint compra alguns insumos diretamente da Valid. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. Em 31 de dezembro de 2014 a operação totalizou o montante de R\$ 255 mil reconhecido como receita na Controladora (R\$ 108 mil em 31 de dezembro de 2013).
- A Controladora compra alguns impressos personalizados e fotolitos diretamente da Trust. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. Em 31 de dezembro de 2014 a operação totalizou o montante de R\$ 478 mil reconhecido como receita na controlada (R\$ 118 mil em 31 de dezembro de 2013).
- A controlada Valid Argentina compra alguns insumos diretamente da Valid. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. Em 31 de dezembro de 2014 a operação totalizou o montante de R\$ 145 mil reconhecido como receita na Controladora (R\$ 7 mil em 31 de dezembro de 2013).
- A Controladora compra alguns impressos personalizados e fotolitos diretamente da controlada Interprint. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima. Em 31 de dezembro de 2014 a operação totalizou o montante de R\$ 186 mil reconhecido como receita na controlada (R\$ 71 mil em 31 de dezembro de 2013).

Transações patrimoniais entre parte relacionadas que impactaram o Consolidado

- Em 31 de dezembro de 2013 a coligada indireta Multidisplay registrou dividendos a pagar à controlada Interprint no montante de R\$ 749 e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 439 totalizando assim, um saldo passivo da Multidisplay com a Interprint de R\$ 1.188.
- Em abril de 2014 a Multidisplay aprovou distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 2.263 relativos ao exercício de 2013.
- Em 15 de abril de 2014 foi recebido o valor de R\$ 1.539 referente a dividendos e o valor de R\$ 373 referente a juros sobre capital próprio, o restante dos dividendos no montante de R\$ 1.539 foi recebido em 29 de julho de 2014.
- Em dezembro de 2014 a Multidisplay aprovou a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para a Interprint no montante de R\$ 857 mil e R\$ 487 mil respectivamente .
- Em 11 de fevereiro de 2014 a controlada Valid USA firmou um contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de USD 2.500 mil. A Valid USA (mutuária) se comprometeu a restituir a Valid Espanha (mutuante) a quantia mutuada acrescida de juros remuneratórios de 3,5% a.a. O prazo de mútuo possui vencimento em 11 de fevereiro de 2015.
- Em 25 de novembro de 2014 a controlada Valid USA firmou um contrato de mútuo com a Valid Espanha no montante de USD 4.500 mil. A Valid USA (mutuária) se comprometeu a restituir a Valid Espanha (mutuante) a quantia mutuada acrescida de juros remuneratórios de 3,5% a.a. O prazo de mútuo possui vencimento em 25 de novembro de 2017

Transações patrimoniais entre parte relacionadas que não impactaram a Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2014, Valid Espanha possui com a Valid Argentina, em seu ativo, contas a receber no montante de R\$ 991 e com a Valid USA contas a receber no montante de R\$ 271. Tendo em vista que se trata de transações entre controladas da Companhia, as mesmas não tem efeito na controladora e no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2014, Valid Argentina possui com a Valid Espanha, em seu ativo, contas a receber no montante de R\$ 7. Tendo em vista que se trata de transações entre controladas da Companhia, as mesmas não têm efeito na controladora e no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2014, Valid USA possui com Valid Espanha, em seu ativo um contas a receber no montante de R\$ 16, no entanto, tendo em vista que se trata de transações entre controladas da Companhia, as mesmas não tem efeito na controladora e no consolidado.

As transações com os Administradores estão divulgadas na Nota 21.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2013) o capital subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações ("CPC 10"), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*).

Ganho na venda de ações em tesouraria

A Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, realizou o pagamento de parte da remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$ 262 (R\$ 1.232 em 31 de dezembro de 2013), classificado como reserva de capital, no patrimônio líquido.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para investimento

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva para investimento é constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos e submetida para aprovação em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia submeteu e aprovou, em 24 de abril de 2014, o valor de R\$ 22.371 e a constituição referente ao exercício de 2014 no valor de R\$ 38.316 será submetida a aprovação.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em reunião realizada em 26 de dezembro de 2013 pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$10.563 pagos em 31 de janeiro de 2014.

A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 21 de janeiro de 2014 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 5.887, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,105882353 (em Reais) por ação os quais foram pagos em 31 de janeiro de 2014.

A Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a destinação adicional de R\$ 7.952 como dividendos do exercício de 2013, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia a qual foi aprovada em 24 de abril de 2014 em Assembleia Geral Ordinária e paga em 09 de maio de 2014.

A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 11 de junho de 2014 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 10.653, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,191557631 (em Reais) por ação os quais foram pagos em 4 de agosto de 2014, aprovou em reunião do Conselho de Administração de 15 de julho de 2014 o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 6.516, equivalente ao valor de R\$ 0,117176013 (em Reais) por ação os quais também foram pagos em 4 de agosto de 2014, aprovou em reunião realizada em 21 de outubro de 2014 o pagamento de dividendos intermediários o montante de R\$ 8.481 equivalente ao valor R\$ 0,152500000 (em Reais) por ação os quais foram pagos em 07 de novembro de 2014, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 8.342 equivalente ao valor R\$ 0,150000000 (em Reais) por ação, onde o pagamento ocorreu no dia 07 de novembro de 2014. Em 11 de dezembro de 2014, aprovou o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.900 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.496 pagos em 09 de janeiro de 2015, equivalentes aos valores R\$ 0,196000000 (em Reais) e R\$ 0,098823000 (em Reais), respectivamente.

Adicionalmente a Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a destinação adicional de R\$ 10.238 como dividendos adicionais do exercício de 2014, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de quando são declarados, e os dividendos excedentes ainda não declarados, destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia está propondo à Assembleia Geral de Acionistas, destinar o montante do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	110.142
Constituição de reserva legal	(5.507)
Dividendos intermediários pagos/ a pagar referentes ao exercício de 2014	(25.897)
Juros sobre capital próprio intermediários pagos referentes ao exercício de 2014	(30.378)
Dividendos adicionais propostos	(10.238)
Destinação do lucro remanescente para reserva para investimento	<u>38.122</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	110.142	91.727
Apropriação à reserva legal	(5.507)	(4.586)
Lucro líquido ajustado	104.635	87.141
(x) dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	26.159	21.785
Dividendos pagos/a pagar (anteriormente declarados)	25.897	26.491
Juros sobre capital próprio pagos (bruto)	30.378	30.327
	<u>56.275</u>	<u>56.818</u>
Dividendos adicionais propostos pela Administração	10.238	7.952
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/pagos/ a pagar	66.513	64.770

e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de remuneração de seus administradores. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém 137.134 ações ordinárias em tesouraria (153.734 ações em 31 de dezembro de 2013), cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Custo de Aquisição (em reais)		
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	16,10	20,79	18,97

Baseado na última cotação de mercado disponível em 31 de dezembro de 2014, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 5.814, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do período, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última cotação
Ação ordinária	38,10	44,95	41,53	42,40

f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras ("CPC 02"), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Valid Espanha, Valid USA, Valid Solutions, ScreenCheck, Valid Colômbia e Valid Uruguai e da conversão dos respectivos ágio. Em 31 de dezembro

de 2014, o saldo desta rubrica era credor em R\$ 13.644 (credor em R\$ 13.039 em 31 de dezembro de 2013).

18. Resultado por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação (“CPC 41”), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	110.142	91.727
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado por ação (em lotes de mil)	55.607	55.579
Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação (em Reais)	<u>1,9807</u>	<u>1,6504</u>

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que o Grupo não possui nenhum investimento com potencial dilutivo.

A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde a quantidade de ações em circulação média dos exercícios apresentados.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

19. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e “gift cards”. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são carteiras de

identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, aferindo a elas, autenticidade, integridade, privacidade e validade jurídica. Complementamos o nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificados de atributos e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBITDA e lucro operacional.

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

31/12/2014	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	696.301	376.569	185.106	38.080	-	1.296.056
Intersegmento	503	264	10.434	30	(11.231)	-
Total das receitas	696.804	376.833	195.540	38.110	(11.231)	1.296.056
Custos e despesas	(653.595)	(259.473)	(163.438)	(31.161)	11.231	(1.096.436)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(14.699)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(11.893)	-	-	(11.893)
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(23.451)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(39.435)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	110.142
31/12/2014						
Ativos operacionais	457.927	168.309	107.014	26.086	(309)	759.027
Clientes (circulante)	122.106	63.018	68.056	11.549	(309)	264.420
Estoques	101.309	9.030	14.233	2.906	-	127.478
Imobilizado	234.512	96.261	24.725	11.631	-	367.129
Passivos operacionais	38.376	9.156	13.532	1.237	(309)	61.992
Fornecedores (circulante)	38.376	9.156	13.532	1.237	(309)	61.992

31/12/2013	Meios de pagamento	Identificação	Telecom	Certificação digital	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas						
Clientes	590.161	351.187	204.216	29.428	-	1.174.992
Intersegmento	216	108	2.982	12	(3.318)	-
Total das receitas	590.377	351.295	207.198	29.440	(3.318)	1.174.992
Custos e despesas	(583.096)	(224.307)	(175.714)	(26.942)	3.318	(1.006.741)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(37.476)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.343	-	-	2.343
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(12.892)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(28.499)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.727
31/12/2013						
Ativos operacionais	346.618	135.612	182.669	22.315	(14)	687.200
Clientes (circulante)	74.555	54.503	95.730	7.355	(14)	232.129
Estoques	77.606	8.253	29.348	2.851	-	118.058
Imobilizado	194.457	72.856	57.591	12.109	-	337.013
Passivos operacionais	30.639	12.568	20.106	729	(14)	64.028
Fornecedores (circulante)	30.639	12.568	20.106	729	(14)	64.028

As rubricas “outras despesas operacionais líquidas”, “despesas financeiras líquidas” e “imposto de renda e contribuição social sobre o lucro” estão apresentadas no quadro acima de forma não segmentada, pois a Companhia entende que estas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional.

Informações geográficas

O Grupo opera nas seguintes áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina, EUA, Colômbia, Uruguai e México.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros, exceto EUA e Espanha, estão sendo divulgadas em conjunto a seguir:

Informações geográficas	Receitas		Ativos não circulantes(*)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No país sede da entidade – Brasil	830.974	793.961	464.657	476.559
Nos Estados Unidos da América	306.560	246.310	121.083	92.237
Na Espanha	85.630	86.505	61.872	19.859
Nos demais países estrangeiros	72.892	48.216	8.966	3.823
Total	1.296.056	1.174.992	656.578	592.478

(*) Não contempla tributos diferidos.

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento (“CPC 22”), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

20. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	110.826	92.093	149.577	120.226
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	37.681	31.312	50.856	40.877
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(26.857)	(20.368)	4.044	(797)
Juros sobre capital próprio	(10.329)	(10.311)	(10.329)	(10.311)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	(495)	(148)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	(389)	(196)
Benefício fiscal da controlada Valid Espanha	-	-	(3.094)	-
Outras adições / exclusões	189	(267)	(1.158)	(926)
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do período	684	366	39.435	28.499
Alíquota efetiva	0,62%	0,40%	26,36%	23,70%
Imposto de renda e contribuição social correntes	201	3.074	39.721	43.351
Imposto de renda e contribuição social diferidos	483	(2.708)	(286)	(14.852)
	684	366	39.435	28.499

21. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na Controladora e Consolidado foi de R\$ 10.905 (R\$ 8.458 em 31 de dezembro de 2013), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui outros benefícios concedidos a seus administradores.

22. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, empréstimos e financiamentos, obrigações com fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e dividendos a receber, que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e dividendos se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui derivativos em aberto.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	108.102	108.102	181.066	181.066
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	109.626	109.626	273.511	273.511
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.344	1.344
Fornecedores	Outros passivos	24.923	24.923	61.992	61.992
Empréstimos, financiamentos, debêntures	Outros passivos	254.914	254.144	450.208	456.649

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	90.048	90.048	152.203	152.203
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	106.090	106.090	233.568	233.568
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.188	1.188
Fornecedores	Outros passivos	31.000	31.000	65.649	65.649
Empréstimos, financiamentos, debêntures	Outros passivos	256.231	-	386.199	-

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 46 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 46 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra de forma resumida os ativos e passivos registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Descrição	Controladora		
	Valor de mercado para ativos	Outros impactos significativos	Outros impactos significativos não
	<u>31/12/2014</u> <u>idênticos (Nível 1)</u>	<u>observáveis (Nível 2)</u>	<u>observáveis (Nível 3)</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	108.102	-	-
Total dos ativos	108.102	-	-

Descrição	Controladora		
	Valor de mercado para ativos	Outros impactos significativos	Outros impactos significativos não
	<u>31/12/2013</u> <u>idênticos (Nível 1)</u>	<u>observáveis (Nível 2)</u>	<u>observáveis (Nível 3)</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	90.048	-	-
Total dos ativos	90.048	-	-

Descrição	31/12/2014	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Consolidado
				Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		181.066	-	-
Total dos ativos		181.066	-	-

Descrição	31/12/2013	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Consolidado
				Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa		152.203	-	-
Total dos ativos		152.203	-	-

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI.

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 7.019 e R\$ 14.037 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de dezembro de 2014.

- Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controladas no exterior, e estima que uma desvalorização do Real perante suas respectivas moedas resultaria em 31 de dezembro de 2014 em uma redução no patrimônio líquido conforme abaixo:

Moeda	31/12/2014	
	25%	50%
Peso Argentino	5.201	10.602
Peso Colombiano	196	391
Peso Mexicano	449	898
Peso Uruguaio	3	6
Euro	14.079	28.158
Dólar	6.651	13.302

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar e do Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 1.066 e R\$ 2.134.

Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial no exercício de 2013, para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possuía posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada (variação do dólar + taxa de 2,24% a.a.) e posição ativa em percentual de 100% do CDI em reais. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos estava na variação cambial do Dólar.

Em 31 de julho de 2013, foi assinado aditivo ao contrato, que liberou os numerários dados em garantia ao empréstimo pela Valid S.A. que estavam alocados em 30 de junho de 2013 no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito e adicionalmente, os contratos de Swap cambial mencionado acima, foram liquidados e geraram na data de 5 de agosto de 2013 uma entrada de caixa na Valid S.A no total R\$5.320, líquidos de imposto de renda.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2014 de acordo com o que dita o parágrafo 39 do CPC 40 (R1):

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	24.923	-	-	-	-	24.923
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.639	3.275	62.500	187.500	-	254.914
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	15.731	-	-	-	-	15.731
Total	42.293	3.275	62.500	187.500	-	295.568
Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	61.992	-	-	-	-	61.992
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.156	3.995	102.788	341.269	-	450.208
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	15.731	-	-	-	-	15.731
Total	79.879	3.995	102.788	341.269	-	527.931

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de dezembro de 2014:

Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.725	100.377	-	-	-	108.102
Contas a receber de clientes	98.415	5.311	1.800	4.100	-	109.626
Total	106.140	105.688	1.800	4.100	-	217.728

Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	36.155	144.911	-	-	-	181.066
Contas a receber de clientes	236.532	11.043	21.836	4.100	-	273.511
Total	272.687	155.954	21.836	4.100	-	454.576

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras e à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP.

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que os prazos de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Companhia por entender que não geraria nenhum benefício.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, de 12,96%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	100.377	CDI	12,96%	9,72%	6,48%
Receita financeira bruta			13.009	9.757	6.504

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	144.911	CDI	12,96%	9,72%	6,48%
Receita financeira bruta			18.780	14.085	9.390

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de dezembro de 2014. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, alcançando o indexador de 13,67% para a quarta emissão, sendo este cenário considerado como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/12/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 4ª emissão	254.914	CDI +0,71%	13,67%	17,09%	20,51%
Despesa financeira bruta			34.847	43.565	52.283

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente as obrigações da Certificadora com o financiamento em 31 de dezembro de 2014. Foi considerada a taxa de 5% como TJLP projetada e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento BNDES	24.913	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Despesa financeira bruta			1.246	1.557	1.868

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente as obrigações da Valid USA com os empréstimos em 31 de dezembro de 2014. Foi considerada 1,08% como Libor projetada e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/12/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Valid USA	170.291	Libor	1,08%	1,35%	1,62%
Despesa financeira bruta			1.839	2.299	2.759

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	R\$ 42.836
Riscos operacionais	R\$ 776.754
Riscos diversos	R\$ 14.011
Veículos	R\$ 3.964
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 279.620
Fidelidade e Crime	R\$ 18.281
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.395 mil

24. Receita de vendas líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas e serviços	735.332	710.221	1.431.590	1.321.158
Impostos sobre vendas	(91.756)	(89.217)	(122.546)	(118.528)
Devoluções sobre vendas	(9.682)	(22.977)	(12.988)	(27.638)
Receita de vendas líquida	633.894	598.027	1.296.056	1.174.992

25. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mão de obra	151.004	141.227	297.182	267.667
Benefícios a empregados	49.346	43.369	66.209	58.017
Impostos e taxas	43.511	45.665	64.679	65.498
Aluguel	27.894	26.692	46.003	45.520
Depreciação e amortização	37.906	28.787	61.616	48.658
Material de consumo/Matéria prima	156.181	149.650	332.397	287.996
Serviços de terceiros	22.934	23.268	53.204	55.415
Manutenção	12.265	13.058	24.381	23.958
Utilidades e serviços	34.327	32.382	69.333	62.264
Comissões sobre vendas	11.762	10.983	24.615	24.412
Frete sobre vendas	11.306	12.373	23.886	30.232
Gerais e outros	26.784	28.233	32.931	37.104
	585.220	555.687	1.096.436	1.006.741
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	504.084	486.047	939.273	873.026
Despesas com vendas	45.642	36.925	95.772	84.961
Despesas administrativas	35.494	32.715	61.391	48.754
	585.220	555.687	1.096.436	1.006.741

26. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	5.733	17.712	16.829	21.803
Atualizações contas a receber/mútuo	18.431	12.559	2.992	2.025
Variação monetária	2.022	453	3.475	495
Outros	147	788	1.367	1.672
	26.333	31.512	24.663	25.995
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(28.074)	(26.794)	(36.396)	(33.272)
Juros e variação cambial	(12.449)	(9.701)	(7.608)	(2.313)
Despesas bancárias	(1.377)	(1.190)	(2.330)	(2.091)
Outros	(404)	(769)	(1.780)	(1.211)
	(42.304)	(38.454)	(48.114)	(38.887)
Total líquido	(15.971)	(6.942)	(23.451)	(12.892)

27. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

a) Transações não caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dividendos declarados e não recebidos	-	-	1.344	1.188
Imobilizado e intangível adquirido e não pago	2.005	2.607	2.237	2.654
Ações em tesouraria resgatadas para liquidação de passivo	571	2.587	571	2.587
Contraprestação contingente referente à aquisição da ScreenCheck não liquidado	-	-		6.641

28. Eventos Subsequentes

- A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 11 de dezembro de 2014 o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 10.900, equivalente ao valor de R\$ 0,196000000 (em Reais) por ação e o pagamento de juros sobre o capital próprio, com base no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013, no montante bruto de R\$ 5.496, equivalente ao valor de R\$ 0,098823529 (em Reais) por ação, os quais foram pagos em 9 de janeiro de 2015.
- A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2015, uma aquisição de negócio através da aquisição de substancialmente todos os ativos da Card Cells LLC e assunção de determinados passivos desta empresa através da sua subsidiária Valid USA pelo valor de US\$ 8.394 mil (equivalente R\$ 22.297 na data de aquisição). Estabelecida em Saint Paul, Minnesota, nos Estados Unidos da América, a Card Cells LLC oferece serviços de secure fulfilment (controle e gestão dos estoques) aos mercados de cartões pré-pagos de segurança, gift cards e cartões recarregáveis em geral.

Segue abaixo de forma preliminar o valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos:

	Card Cells, LLC (30/01/2015)
Ativo	
Circulante	911
Contas a receber de clientes	316
Estoques	587
Despesas antecipadas	8
Não circulante	19.876
Imobilizado	15.225
Intangível	4.444
Outros ativos não circulantes	207
Passivo	(1.743)
Fornecedores	(1.408)
Outras contas a pagar	(335)
Ágio na aquisição Cards Cells, LLC	3.253
Preço de aquisição	22.297